

Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade

A longevidade da agricultura não poderá ser assegurada por um período histórico superior ao de algumas poucas gerações humanas se forem mantidos os mesmos níveis de consumo de recursos naturais não-renováveis (fertilizantes derivados do petróleo), o uso crescente de agrotóxicos que contaminam o meio ambiente por períodos de tempo incertos ou não claramente conhecidos, a redução brutal da biodiversidade natural e a exclusão social de um enorme contingente de famílias de agricultores. A agricultura *moderna* ou *convencional* é insustentável como demonstram estudos, pesquisas científicas e observações realizadas com seriedade e independência em várias partes do mundo. Gradualmente o padrão convencional de produção agropecuária degrada as bases de recursos naturais que até agora lhe deram sustentação. O mesmo se pode dizer do processo convencional de desenvolvimento rural – que extrapola a noção mesma de agricultura ao agregar atividades não-agrícolas –, uma vez que também nesse âmbito a sustentabilidade econômica, social e ecológica encontra-se ameaçada.

Buscar outros rumos para a agricultura e o desenvolvimento rural se torna, portanto, um imperativo socioambiental da maior relevância no começo deste novo milênio. A transição agroecológica, referência-chave das motivações e objetivos de muitos técnicos, estudiosos e militantes, pode ser definida como um processo gradual, contínuo e multilinear de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas. Como propósito mais geral, está a passagem dos atuais padrões de desenvolvimento rural ou de sistemas de produção de baixa sustentabilidade para modelos de agricultura e de manejo rural que privilegiem e incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Isso implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. A Agroecologia, como campo de estudos de caráter multidisciplinar, integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como saberes populares, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade a médio e longo prazos.

A transição agroecológica pode ser considerada uma opção tomada por uma sociedade num dado momento histórico, com base em um adequado processo de análise e compreensão dos riscos e limites hoje enfrentados pelas comunidades rurais, agricultores e consumidores em geral. Mas ela também pode representar uma necessidade inadiável dessa mesma sociedade, a partir da percepção clara da aproximação de um colapso no processo produtivo, fruto de nossas práticas e opções tecnológicas e organizativas que contrariam os referenciais da sustentabilidade. Em qualquer caso, a transição agroecológica, enquanto processo social orientado para o alcance de índices mais equilibrados de resiliência, produtividade, estabilidade e equidade nas atividades agrárias, sempre estará condicionada e dependente dos graus de diversidade e de complexidade social e ecológica, o que também significa dizer que vai além dos aspectos meramente tecnológicos da produção rural. Como exemplo das novas exigências está a importância das iniciativas locais na construção de estratégias e conhecimentos, assim como o protagonismo dos distintos atores sociais na definição das novas pautas de desenvolvimento agrícola e rural.

Mestres agroécólogos, como Stephen Gliessman e Miguel Altieri, nos alertam a respeito dos níveis da transição agroecológica e sua complexidade inerente, sugerindo – como referência geral e didática – a existência de pelo menos três níveis fundamentais, que vão do mais simples ao mais complexo: a racionalização do uso de insumos, a substituição de insumos e o redesenho de agroecossistemas. No terceiro caso, espera-se que os agroecossistemas redesenhados funcionem com base em um conjunto novo de processos ecológicos. Com sua perspectiva sociopolítica de interpretação agroecológica, o professor Eduardo Sevilla Guzmán nos ensina que a transição para agroecossistemas sustentáveis sempre vai depender de que os processos ecológicos emergentes venham acom-

panhados de um conjunto novo de construção social. Estamos nos referindo, nesse sentido, ao social e ao ambiental como partes de um único processo: co-evolução entre cultura humana e meio ambiente ou evolução integrada entre Sociedade e Natureza.

Nesse contexto, os artigos deste número da *Revista Agriculturas* nos dão uma mostra da diversidade de formas de manifestação ou de níveis de alcance dos processos de transição agroecológica, que podem ser visualizados e servir como referência teórica e prática desde o âmbito local (uma propriedade rural), regional e até de todo um país. Em perspectiva mais macro (agroecossistema visto como um país), o artigo sobre a experiência cubana, de Julia Wright, mostra a complexidade do processo e as muitas razões que podem obrigar os atores sociais a concentrar esforços na promoção da transição agroecológica, apesar da inexistência de políticas públicas emanadas do Estado. O texto traz importantes análises sobre limites e possibilidades para a continuidade e/ou aperfeiçoamento da transição para uma agricultura orgânica ou agroecológica de maior sustentabilidade. O artigo *Transição na agricultura no semi-árido africano*, assinado por Michael Mortimore, evidencia que as comunidades locais têm iniciativas próprias e capacidade para promover ajustes inovadores em seus sistemas produtivos com base no uso inteligente dos recursos localmente disponíveis. Apresenta ainda uma crítica aos programas de desenvolvimento e às políticas públicas convencionais exatamente por sua incapacidade de perceber tais iniciativas e de reforçá-las em benefício das próprias populações.

Entre as experiências brasileiras, o texto de P. H. Mayer apresenta uma concepção bastante abrangente do processo de transição agroecológica, ao abordar os esforços do trabalho de grupos e associações de agricultores familiares na região metropolitana de Curitiba (PR) “para construir e disseminar alternativas técnicas, econômicas e sócio-organizativas para o enfrentamento da atual crise”. Muitas famílias já possuem selo de qualidade ecológica da Rede Ecovida, o que significa um passo à frente no fortalecimento das estratégias de conversão ecológica das propriedades. Já F. Marciel e seus colegas nos brindam com valiosas informações sobre a experiência que vem sendo realizada por comunidades de agroextrativistas na região amazônica, no sentido de aprimorar o manejo tradicional de açais nativos. Fundamental nesse caso é a valorização do contexto histórico-cultural e o reconhecimento da importância de se implementar métodos de trabalho que permitam a integração entre formas tradicionais e científicas de produção de conhecimento inerente ao processo de transição agroecológica. No texto assinado por A. L. R. Gonçalves e A. B. Model, são analisadas as principais motivações que levaram os agricultores familiares no litoral norte do Rio Grande do Sul, assessorados pelo Centro Ecológico, a adotar práticas e formas de organização segundo o enfoque agroecológico. Embora as razões de natureza econômica tenham maior relevância na tomada de decisão desses agricultores, o estudo conclui que “a disseminação da agricultura ecológica não se processará sem que novos valores de convivência social e ambiental sejam construídos de forma integrada às mudanças nas práticas de manejo implementadas pelas famílias agricultoras”. O artigo *Restauração de paisagens e desenvolvimento socioambiental em assentamentos rurais do Pontal de Paranapanema*, de L. Cullen Jr. e seus colegas, é um exemplo muito concreto da manifestação da transição agroecológica como algo complexo e que não se restringe a algumas práticas na agricultura, ao vincular a conservação com a reforma agrária e a extensão agroflorestal. Os autores concluem que “no Pontal há uma evolução de uma reforma agrária tradicional para uma reforma agrária diferenciada, inovadora e benéfica tanto para humanos quanto para não-humanos”.

Para finalizar, temos que avançar na compreensão da transição agroecológica não como uma volta ao passado, mas sim como avanço decisivo em direção a um “futuro sustentável”, tanto da agricultura como do desenvolvimento rural, a partir das lições tiradas dos erros e acertos de nossa larga história humana e agrícola. Como propôs o professor Ignacy Sachs, talvez um dia possamos dispensar o adjetivo *sustentável*, seja da expressão “agricultura sustentável”, seja da expressão “desenvolvimento sustentável”. A transição agroecológica, como referida nos artigos publicados neste número, aparece justamente como espiral de luz e como referencial prático para orientar essa larga e desafiadora caminhada cuja meta é a sustentabilidade em seu sentido multidimensional. Esperamos que a sua leitura resulte em novos e melhores frutos para todos aqueles que apostam na maior participação dos atores sociais e na prudência tecnológica com compromisso e justiça social.

José Antônio Costabeber

Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar – Santa Maria (RS)
costabeber@emater.tche.br